

URBANIZAÇÃO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Marina Sant'Anna

Lucy Freire

ABSTRACT

The purpose of the following discussion is to review the literature which links urbanization to electoral behavior. Three general schools of thought on the subject were analysed and the linkage at urbanization with participation in each of these schools is considered. The conclusion of the paper summarizes the literature review and presents the proposition that must be accepted.

O reconhecimento de Darwin da importância da variável espaço para o verdadeiro conhecimento da realidade em que vivemos fica claro quando ele escreve que "o grande tema, quase a pedra fundamental de todas as leis da criação, é a distribuição geográfica". Jakle et al (1976) partindo desta idéia vão mais adiante e desenvolvem o raciocínio de que as pessoas são condicionadas pelos tipos de lugares que elas ocupam, da mesma forma que os lugares são condicionados pelas pessoas que neles vivem. Em outras palavras identidades sociais e localizações geográficas estão integralmente ligadas. Em decorrência, muitos estudiosos têm se preocupado em investigar de que forma os padrões de organização espacial da humanidade interferem com os diversos aspectos do comportamento humano. Entre estes padrões destaca-se, como um dos mais pesquisados, a "cidade", provavelmente pela importância que o processo de urbanização adquiriu no século XX devido ao seu ritmo extremamente acelerado. Na verdade, a possível influência do núcleo urbano sobre o comportamento dos indivíduos já era pressentido por vários autores há algum tempo. O primeiro estudo estatístico abrangente e conceitualmente sólido sobre cidades em língua inglesa é o de Weber (1899). A semelhança de muitos outros pesquisadores da época, ele percebia que algo dramático estava ocorrendo no século XIX. Segundo ele "...o fenômeno social mais importante daquele século era a concentração da população nas cidades.... A tendência à concentração é universal no mundo ocidental". Diante disto Weber indagava quais seriam as consequências destas mudanças, especialmente quais os efeitos sociais, políticos, morais e econômicos deste padrão de distribuição espacial da população. Ao contrário de Morton e Lucia White (1962) que afirmavam que o homem da cidade era menos saudável, vigoroso e capaz, tanto física como mentalmente, do que o homem do campo e de que a vida da cidade levava a deteriorização da raça, Weber pensava que num balanço final o habitat urbano tinha mais aspectos positivos do que negativos. O que acontecia, dizia ele, é que "...a cidade oferece mais oportunidades tanto para se exibir as virtudes como os vícios". Para ele a variedade de ocupa-

ções, interesses e opiniões na cidade produz um estímulo intelectual que leva a avaliações mais abrangentes e não comprometidas e a uma maior aceitação do que é novo, isto é, a um pensamento mais liberal. Sendo a sede do poder político o centro das artes e das ciências, da indústria e do comércio, a cidade representava para Weber o topo da vida industrial, política e intelectual. Ao definir a cidade, Park (1973) também deixa evidente a sua convicção de que este tipo de organização espacial do homem interfere com o seu comportamento: "...a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais.... A cidade não é meramente uma construção física nem um mecanismo artificial. Ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza e particularmente da natureza humana". Em outras palavras, o meio urbano interfere com o comportamento humano inclusive com o político. No que diz respeito a intervenção do fenômeno urbano sobre o comportamento eleitoral, acresce ainda que determinadas peculiaridades sócio-econômicas das cidades como níveis de rendas mais elevadas, escolaridade mais desenvolvida, predomínio de atividades secundárias e terciárias, altas taxas de atividade da mão de obra geral e da feminina em particular, e percentuais significativos de migrantes interno, são comprovadamente determinantes causais do comparecimento às urnas. Correlacionando a população urbana de 36 países com estas características sócio-econômicas, Santos (1980) encontrou coeficientes de correlação muito expressivos entre as duas variáveis, o que comprova que, regra geral, o fenômeno urbano é caracterizado por estes aspectos sócio-econômicos. Seja porque a cidade tem, como Oswald Spengler observou, uma organicidade e cultura própria, ou porque possui características sócio-econômicas especiais, há uma grande probabilidade do meio urbano interferir com as atividades políticas e eleitorais dos cidadãos.

A literatura sobre o comportamento eleitoral revela porém que não há um consenso sobre a relação entre urbanização e comportamento eleitoral. A grosso modo, no entanto, três linhas de pensamento podem ser identificadas, ainda que com algumas discordâncias internas em cada uma. A primeira linha que, segundo Platter (1976), pode ser chamada de "teoria da penúria relativa" insinua que os elementos do meio urbano rompem a escala de valores e o comportamento tradicional dos cidadãos, acarretando com isto aumento das insatisfações, desânimo, desinteresse, ampliação das expectativas e atitudes as vezes anárquicas. A resposta política a este fato, de acordo com os adeptos deste raciocínio, é um incremento da participação política e um comportamento eleitoral mais radical. Kornhauser (1959) que foi o primeiro teórico sobre sociedade de massa e prova velmente, em decorrência disto, o seu conceito de "homem da massa ou marginal" tenha tido um impacto tão grande sobre os cientistas sociais quando da publicação do seu livro em 1959. Sempre enfatizou a importância da urbanização sobre o processo político. Segundo ele a urbanização gera a

falência dos padrões de valores e de comportamento tradicionais, fazendo com que os indivíduos se transformem numa "massa" ou "homens marginais". Assim sendo, eles se tornam facilmente mobilizáveis pelas máquinas políticas que os despertam para as desigualdades sócio-econômicas do meio urbano. Sentindo-se frustrado e prejudicado diante desta realidade, o ser urbano tende a aumentar a sua participação política, sendo muitas vezes atraído pelas alternativas políticas mais radicais. Ainda que apresentando uma abordagem diferente sobre a relação de causa e efeito entre urbanização e comportamento eleitoral, Deutsch (1961), afirma que a mobilidade social e outros processos de modernização extirpam os antigos padrões de comportamento e valores, tornando os indivíduos permeáveis a novas formas de comportamento. De forma semelhante, Huntington (1968) desdobra o processo de modernização em duas etapas, correspondendo a primeira a uma ruptura com os valores tradicionais e a segunda a uma adesão aos novos padrões presentes nas cidades. Soares e Hamblim (1967) também fizeram referência à tese da penúria relativa ao estudar as eleições de 1952 no Chile.

Cabe ressaltar, no entanto, que alguns autores que partilham desta linha de pensamento fazem uma distinção entre o efeito do nível e da taxa de urbanização sobre o comportamento eleitoral. Segundo Huntington (1968), não é tanto o nível de urbanização que leva à ruptura das escalas de valores tradicionais, mas sim a taxa de urbanização, pois a aceleração é o ponto crucial de todo o processo, pois é ela que rompe os antigos mores dos grupos. De forma semelhante, Kornhauser (1959) reconhece também que a taxa de urbanização tem maior poder explicativo das mudanças de direção ideológica do que o nível de urbanização. Quando o ritmo de urbanização é mais lento, a probabilidade de adaptação da escala de valores do indivíduo é maior e menor a necessidade de grandes mudanças de comportamento. Segundo Platler (1976), mesmo que uma não seja empiricamente mais importante que a outra, em conjunto a taxa e o nível de urbanização podem explicar consideravelmente mais a variação da participação e da escolha eleitoral do que cada uma isoladamente.

A segunda linha de pensamento originou-se dos resultados negativos apresentados por alguns dos primeiros estudos com dados agregados. Este fato despertou o interesse de estudiosos em pesquisar em que medida a tese da penúria relativa na relação entre urbanismo e participação política era procedente. Assim, por exemplo, a correlação negativa entre urbanização e participação política, que Tingsten (1937) encontrou nas eleições de 1897 a 1934 em vários países europeus, parece evidenciar que o fenômeno urbano pode não ter o efeito que se esperava sobre o comportamento político dos cidadãos. Nie (1969) e seus companheiros são mais enfáticos ainda quando afirmam que o fenômeno da urbanização não acrescenta nada à identificação das causas da participação e muito menos da escolha eleitoral. Richardson (1973), ao estudar o grau de participação dos

cidadãos no Japão, exibiu resultados bastante perturbadores também, uma vez que sua análise de correlação entre estas duas variáveis apresentou coeficientes negativos muito significativos. De forma semelhante, ao analisar a associação entre urbanização e participação nas eleições da Virgínia Ocidental de 1920 a 1968, Johnson (1971) também descobriu correlações negativas bastante fortes. As eleições realizadas no Chile de 1920 a 1960 apresentaram também coeficientes de correlação negativo entre urbanização e participação (Sinding, 1972). Em resumo, os resultados obtidos pelos estudiosos acima mencionados parecem demonstrar que a urbanização nada tem a ver com a participação política, o que contraria claramente a primeira linha de pensamento aqui exposta.

A contradição entre os resultados das duas linhas de pensamento despertou o interesse de se investigar mais detalhadamente o assunto, uma vez que estes resultados foram obtidos através de dados agregados, dados estes que dificilmente possibilitem explicações exaustivas. Em decorrência, inúmeros trabalhos baseados em surveys foram desenvolvidos, objetivando com isto uma visão mais nítida do relacionamento entre urbanização e comportamento eleitoral. Apesar de não conclusivos, alguns resultados destas pesquisas foram bastante esclarecedores e constituem, de certa forma, uma terceira linha de pensamento caracterizada por uma perspectiva mais equilibrada do problema. Os resultados do survey desenvolvido por Van Es e Flinn (1973) para investigar o comportamento dos migrantes internos em Bogotá mostram, em primeiro lugar, que ao contrário do que se pensava os indivíduos mais insatisfeitos não eram os mais pobres. Os moradores dos bairros mais pobres valorizavam o fato de terem rendas mais altas das que eles tinham nas zonas rurais de onde haviam saído. Por outro lado, eles apreciavam também o fato de usufruírem de certos serviços públicos e de seus filhos terem acesso a escolas. Na verdade, a percepção do indivíduo do seu próprio status sócio-econômico é relativa ao seu status anterior e ao status dos outros indivíduos naquele mesmo momento. Como Van Es e Flinn (1973) identificaram, os migrantes que viviam em Bogotá achavam que tinham melhorado de situação. Mangin (1967) é mais incisivo quando afirma que os favelados urbanos vêem a sua comunidade como uma eriação sua onde antes só havia terra vazia. Em suma parece não haver evidências suficientes que comprovem a grande frustração do ser urbano assim como também a ligação entre a penúria econômica e a frustração. Em segundo lugar, o resultado destes estudos revelaram também que os padrões tradicionais de valores e comportamento parecem não se desintegrar totalmente com a urbanização. Ao analisar os efeitos da urbanização sobre o comportamento dos indivíduos, Schoultz (1972) obteve resultados que evidenciam que não há colapso da organização dos grupos sociais primários, que as normas tradicionais permanecem com muita intensidade e que mesmo nos casos em que a urbanização alterou as relações sociais o novo homem urbano foi capaz de se adaptar admiravelmente. O terceiro ponto de vista

que emergiu dos resultados destes estudos é que o aumento da participação política provavelmente advém das peculiaridades da própria vida urbana (McDonald, 1967). Ao analisar a relação entre comportamento eleitoral e urbanização, Lamounier (1978) afirma que "...é possível que o caráter local das eleições municipais se haja alterado ou se venha a alterar como consequência da urbanização, do adensamento das comunicações e da expansão da rede viária. Estas transformações da infra-estrutura já produzem visíveis ressonâncias no terreno político redefinindo velhos problemas locais como novos problemas urbanos, que exigem atenção até mesmo das mais altas esferas do governo federal". Ao estudar a mobilização e participação dos cidadãos nas eleições da Coréia do Sul, Ahk (1975) registra também claramente como as peculiaridades do meio urbano podem interferir com o comportamento eleitoral. Segundo ele a participação ocorre mais frequentemente entre eleitores urbanos devido aos altos níveis de escolaridade e a maior exposição a mídia, o que os ajuda a adquirir informações necessárias para a participação política. A outra constatação que surgiu do desenvolvimento destas pesquisas é que a população urbana tem maior probabilidade de um comportamento político organizado e coeso devido não só a sua concentração espacial mas também a sua maior escolaridade e exposição aos meios de informação. Assim sendo, quando uma população defronta-se com uma crise econômica e não percebe meios de satisfazer suas expectativas ascendentes, ela tende a tomar posições eleitorais anti-regime, opositoras, ou até mesmo mais radicais (Platler, 1976). As conclusões do trabalho de Lima Jr. (1978) parecem ratificar este raciocínio, quando afirma que "...os anseios de mudança e a insatisfação com o regime atual concentram-se geograficamente nos centros urbanos e nas áreas mais industrializadas". Por outro lado, os resultados obtidos por Carvalho (1957), Ferreira (1960), Soares (1973), Fleischer (1976), De Cew (1957) e Farias (1978) nas suas investigações sobre comportamento eleitoral em várias regiões do Brasil mostram também que, salvo algumas exceções, os eleitores dos partidos mais progressistas são predominantemente urbanos enquanto os dos partidos conservadores são rurais. A última questão que emergiu no desenvolvimento das pesquisas acima mencionadas é que, se por um lado é possível identificar-se a influência do meio urbano sobre o comportamento político da população, por outro, é impossível determinar com segurança a direção ideológica desta participação: ele tanto pode ser de esquerda como de direita, ou ainda de centro. Os resultados de análise desenvolvida por Gaspar e Vitorino (1976) ilustram bem como a direção ideológica do voto urbano pode variar de um centro para outro: "Assim os centros urbanos do Norte e sobretudo os do interior são mais conservadores que os do Sul, embora sempre mais à esquerda que as áreas rurais envolventes, no Alentejo, todavia, o voto dos centros urbanos, particularmente Évora, Elvas e Portalegre é muito mais conservador que o das áreas rurais".

Em resumo, todas as referências acima mencionadas induzem de um lado ao raciocínio de que a urbanização pode ter um grande poder explicativo do comportamento eleitoral. De outro, no entanto, permitem a ilação de que o mero conhecimento do nível de urbanização não é suficiente para explicar a escolha eleitoral, há que se buscar outros determinantes causais.

BIBLIOGRAFIA

- CAPECCHI, V. e GALLI, G. - "Determinants of voting behavior in Italy: a linear causal model of analysis" - em "Social Ecology" - Ed. por M. Dogan e S. Rokkan - Massachusetts, MIT Press - 1969.
- COX, Kevin R. - "Social relational analysis as a behavioral model in geographical research" - Columbus, Ohio. Apostila da Ohio State University - 1966 - 16 p.
- ELDEPSVELD, S.J. e APPLGATE, A.A. - "Michigan's recounts for governor, 1950 and 1952: a systematic analysis of election error". Ann Arbor: Bureau of Government, University of Michigan - 1954.
- FARIAS, Wilmar - "As eleições de 1974 no Estado de São Paulo: uma análise das variações inter-regionais" em "Os partidos e as eleições no Brasil", org. por Lamounier, B. e Cardoso, F.H. - São Paulo - Ed. Cebrap - Paz e Terra - 1978.
- GASPAR, J. e VITORINO, N. - "As eleições de 25 de abril - geografia e imagem dos partidos" - Lisboa: Ed. Livros Horizonte - 1976.
- GASPAR, J. - "L'abstention electoral au Portugal" - Trabalho apresentado no Congresso Internazionale Sull'Astensionismo Elettorale - Universidade de Pavia - 07 a 09 de janeiro de 1982 - Itália.
- GASPAR, J.; ANDRÉ, I. e HONÓPIO, F. - "As eleições para as câmaras municipais" (Lisboa: Instituto de Pesquisa Social Damião Cois - 1982).
- GRAY, Vermont - "Political and social structures as determinants of voter participation: a comparative study of American cities" - Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Massachusetts - USA.
- LAMOUNIER, Bolivar - "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente" em "Os partidos e as eleições no Brasil", org. por Lamounier, B. e Cardoso, F.H. - (São Paulo: Ed. Cebrap - Paz e Terra - 1978).
- LAMOUNIER, Bolivar - "O voto em São Paulo, 1970-1978" em "Voto de desconfiança", org. por Lamounier, B. (São Paulo: Ed. Vozes - 1980).

- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de - "Pluralism, authoritarianism and political participation: parties and elections in Brazil - 1945/1978", IUPERJ - Série Estudos nº 5, Agosto - 1982.
- KERLINGER, Fred N. - "Foundations on behavioral research" (New York: Ed. Holt and Winston - 1966).
- OLDS, E.B. e SALMON, D.W. - "St. Louis voting behavior study" - (St. Louis Metropolitan St. Louis Census Committee of the St. Louis Chapter of American Statistical Association - 1948).
- RANNEY, Austin - "The utility and limitations of aggregate data in the study of electoral behavior" em "Essays in the behavioral study of politics". Ed. por Ranney, A. (Urbana - University of Illinois Press - 1962).
- REIS, Fábio Wanderley - "Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora" em "Os partidos e o regime", org. por Reis, F.W. (São Paulo: Ed. Símbolo - 1978).
- ROBERTS, M.C. e RUMMAGE, K.W. - "Spatial variations in urban left-wing voting in England and Wales in 1951 - Annals of Association of American Geographers - vol. 55, nº 1 (Março - 1965), pp. 39-57.
- ROBINSON, W.S. - "Ecological correlations and the behavior of individuals" - American Sociological Review - nº 15 - 1950 - pp. 351-57.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de - "Estado e partidos no Brasil (1930 a 1964)" - (São Paulo: Ed. Alfa-Omega Ltda. - 1976).